

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA TRINTA E UM DE**
3 **JULHO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO**
4 **SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h20min. QUORUM DE ABERTURA:**
5 Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos Santos (representante da
6 sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais); Bárbara Monteiro Couto (representante da
7 Sociedade Civil – Natal Justino da Costa); Clarice José Pires (representante da Sociedade Civil –
8 APAE); Severina Alda de Aguiar (representante da sociedade civil - Núcleo dos Assistentes
9 Sociais); Otácia Alves da Rocha (representante do governo – SEMED); Neuzira Cardoso Otoni
10 (representante da sociedade civil - representante dos Psicólogos); Maria Geralda Araújo
11 (representante do governo – Secretaria de Fazenda); Eudes Barbosa da Costa (representante do
12 governo - Gabinete). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC, Larissa
13 Carolina Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área, Kamilla Sousa Sales,
14 Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC e Claudinéia Ferreira de Souza, técnica do
15 Departamento de Habitação. Presentes ainda os convidados: Padre Simonides, Vereador Paulo do
16 SAAE, Adão Francisco Ribeiro, Ivan Luís da Silva, Maria Aparecida Machado, José da Paz da
17 Costa Filho e Sebastiana Siqueira. Constatado o quorum, a presidente deu boas vindas a todos,
18 agradecendo a presença, explicando que a presente reunião foi motivada por denúncia formalizada
19 acerca de inscrições sendo realizadas em nome do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida,
20 onde haveriam cobranças de taxas para realização das referidas inscrições. Padre Simonides
21 explicou que estão fazendo orientações para que as pessoas procurem o Cadastro Único, para que
22 posteriormente a Caixa através de critérios próprios do Programa realize a seleção. A conselheira
23 Maria Geralda questionou qual seria a empresa responsável pelo possível empreendimento. Padre
24 Simonides respondeu que ainda não existe uma empresa, o que estão fazendo é um levantamento de
25 demanda. A conselheira Severina Alda entrevistou ressaltando que ocorre uma grande expectativa das
26 famílias que estão realizando o cadastro, de que está garantido o benefício habitacional, explicou
27 ainda que o Departamento de Habitação vem sendo procurado por estas pessoas e que no entanto
28 ninguém, nem mesmo na GEHAB (Gerencia de Habitação), tem conhecimento desta ação. Severina
29 Alda relatou ainda que as pessoas afirmam haver uma informação de que a própria prestação da
30 casa poderá ser descontada no benefício do Bolsa Família, o que seria uma informação totalmente
31 equivocada. Adão, gestor do Cadastro Único explicou que está acontecendo um congestionamento
32 daquele equipamento em decorrência das orientações dadas à população, e que possa estar havendo
33 uma ação precipitada. O vereador Paulo do SAAE falou que sua participação seria meramente
34 colaborativa junto à população, e que não teria outras informações, sabendo apenas que estariam
35 fazendo um levantamento da demanda. Lucidalva colocou que qualquer ação deverá ser pautada por
36 um trabalho profissional, técnico, envolvendo os equipamentos públicos estatais. José da Paz,

37 presidente da Associação dos Moradores do Bairro Canaã, explicou que estavam apenas realizando
38 levantamento de demanda, e não promessa garantida de entrega de casas, tendo sido realizados treze
39 mil cadastros. Questionado quanto ao valor da taxa cobrada, explicou que o valor não é obrigatório,
40 e sim a título de contribuição, com vistas a cobrir custos de viagem à Brasília para tratar do assunto,
41 e ainda, que tem conhecimento de empresários do ramo da construção civil que cobraram até R\$
42 10,00 (dez reais). Lucidalva ressaltou ser inadmissível a cobrança de qualquer valor em nome do
43 Programa. Severina Alda esclareceu que quanto ao levantamento da demanda, foi realizado o Plano
44 Municipal de Habitação que apresenta detalhadamente o déficit habitacional do município. Ivan
45 Luiz, gerente da Caixa explicou que qualquer levantamento de demanda em nome do Programa, é
46 de responsabilidade da Prefeitura, e quanto a cobrança de valores, qualquer que seja a quantia, é
47 totalmente indevida, e que as denúncias são graves e que configuram-se em especulações, uma vez
48 que não haverá a entrega do bem esperado, qual sejam as moradias. Esclareceu ainda que qualquer
49 ação somente ocorrerá com o envolvimento do poder público. Sebastiana, representante da
50 Procuradoria Jurídica, falou que havendo a qualificação da denúncia, o setor irá tomar as
51 providências, uma vez que a cobrança de taxa é ilegal. Lucidalva questionou aos envolvidos quem
52 seria a empresa responsável, e o senhor José da Paz explicou que a empresa seria a Sigma, de
53 propriedade de Vítor Oliveira Mendes. Maria Aparecida explicou que o Programa Minha Casa
54 Minha Vida, na faixa que compreende as moradias sociais, quais seja renda familiar de até hum mil
55 seiscentos reais, recursos FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) os beneficiários deverão a ser
56 indicados pelo poder público. E que qualquer iniciativa fora deste padrão, entende-se como um
57 empreendimento particular e privado, não havendo participação da Caixa Econômica ou do poder
58 público. Lucidalva esclareceu que o agravante é o uso do nome do Programa, e o condicionamento
59 ao Cadastro Único. A conselheira Neuzira questionou ao Sr. José da Paz de quem partiu a
60 orientação para que encaminhassem as pessoas ao Cadastro. José da Paz explicou que o deputado
61 Leonardo Monteiro fez a orientação, dizendo que seria nos mesmos moldes do programa já
62 executado na zona rural. Informou ainda que haverá uma reunião dia dezesseis de agosto, às
63 quatorze horas no Poliesportivo do Bairro Canaã e convidou os presentes para participar. Sebastiana
64 orientou que a Associação dos Moradores do Bairro Canaã proceda à devolução dos valores
65 cobrados, até mesmo como forma de atenuação do fato. Lucidalva esclareceu que o objetivo é não
66 permitir que ocorram iniciativas que venham a prejudicar a população, colocando para deliberação
67 dos conselheiros que o caso seja encaminhado a Procuradoria Jurídica para as providências
68 cabíveis, sendo acatado por todos os conselheiros. Às 14h32min, Lucidalva agradeceu a presença
69 dos senhores, José da Paz, Padre Simonides e Vereador Paulo do SAAE, solicitando que os demais
70 permanecessem para tratar de outro fato ocorrido no PA São Miguel. Neste momento adentraram a
71 reunião, Blandino Cardoso de Seixas, Wilton de Oliveira da Silva, Maria Aparecida de Jesus, Meire
72 dos Santos Alves e José Rodrigues Gomes. Lucidalva agradeceu aos mesmos e explicou que este

73 segundo momento da reunião foi motivado por denúncia ocorrida no PA São Miguel, envolvendo
74 também o Programa Minha Casa Minha Vida, passando em seguida a palavra ao Sr. Blandino. O
75 mesmo relatou que o fato seria a cobrança de valores para pagamento do engenheiro, de nome Ítalo,
76 e da assistente social, de nome Raquel, que estariam envolvidos no Programa, uma vez que entende
77 que foi uma cobrança ilegal procedida pela presidente da Associação do PA São Miguel, sendo que
78 o engenheiro é filho da mesma, que teria ficado com o dinheiro e não concluído o projeto, conforme
79 o combinado. E ainda que moradores tiraram recursos do próprio sustento, chegando a vender o
80 único animal que possuía. Maria Aparecida de Jesus informou que no dia de hoje a assistente social
81 realizou uma reunião onde explicou que o projeto que lhe cabia estava pronto e que devolverá o
82 valor recebido. O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais esclareceu que este órgão
83 não teve participação direta neste projeto habitacional realizado no PA São Miguel, o que houve
84 foram apenas orientações, o que não incluiu a cobrança de qualquer taxa. E que a assistente social
85 foi apresentada para os moradores daquela localidade, uma vez que já havia prestado serviço em
86 outros projetos. Ivan Luiz falou que até então os dirigentes do Sindicato sempre foram corretos nos
87 projetos desenvolvidos. Explicou que a arrecadação, conforme o projeto é prevista, porém para ser
88 devolvida posteriormente, sendo ilegal quando não haveria retorno e que ainda os técnicos deveriam
89 receber posteriormente a conclusão do projeto e não receber antecipadamente, conforme aconteceu.
90 Meire dos Santos, secretária da Associação, ressaltou que consta em ata, que não haveria devolução,
91 e ainda que não receberam nem mesmo um recibo do valor pago. Severina Alda ressaltou a
92 responsabilidade do Sindicato quando apresentou os profissionais, e que na verdade os moradores
93 confiaram naquele órgão, sendo que o mesmo deveria ter sido mais criterioso, e que ainda
94 confiaram na presidente da Associação. Severina Alda falou ainda da responsabilidade dos técnicos
95 que deveriam saber que cobrança era ilegal. Sebastiana explicou que havendo a formalização de
96 denúncia, o Ministério Público deverá citar o Sindicato, e este deverá se explicar. Lucidalva
97 colocou que a irregularidade estaria constituída, uma vez que já ocorreu a cobrança indevida, e que
98 ainda torna-se necessário uma análise criteriosa, vez que situações parecidas podem estar
99 acontecendo em outras localidades rurais, e as pessoas não podem continuar sendo lesadas.
100 Blandino esclareceu ainda que devido à situação, todo o Conselho Fiscal da Associação do PA São
101 Miguel desistiu do mandato, e que a presidente se nega a fornecer qualquer documentação. Sendo
102 sugerido que se faça um boletim de ocorrência, comunicando o fato, para que se possa resgatar estes
103 documentos, e regularizar a situação da Associação. Lucidalva colocou em deliberação a
104 necessidade de comunicação dos conselhos de classe dos técnicos envolvidos, quais sejam o
105 engenheiro e a assistente social, da situação irregular ocorrida, e ainda a formalização da denúncia
106 junto ao Ministério Público, sendo acatado por todos os conselheiros. Desse modo, a presidente
107 encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa
108 ata que será lida e aprovada por todos os presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:15h30min.**